

Av Nilo Peçanha, 50 - Grupo 2409 - Centro - Rio de Janeiro / RJ - CEP: 20020-906 - www.aepet.org.br



AEPET

NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XL nº 360 - junho / 2009

IMPRESSO ESPECIAL
CONT. Nº 9912179595
ECT/DR/RJ
AEPET
DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS

Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

GABRIELLI: "UMACPI TEM QUE TER FOCO DE ACUSAÇÃO, NÃO PODE SER GENÉRICA, EM BUSCA DE INVESTIGAÇÕES PARA DISCUTIR O QUE INVESTIGAR"

José Carlos Moutinho

Em entrevista ao programa "Roda Viva", da TV Cultura, no dia 08/06, o presidente da Petrobrás, José Sergio Gabrielli, acusou a CPI da Petrobrás do Senado de estar "sem foco, sem objeto". "Evidentemente que acusações genéricas, em busca de investigações para discutir o que investigar, é um processo negativo". Ele destacou que as CPIs, de acordo com a Constituição e com os marcos legais, devem ser constituídas com fatos concretos. Destacou que a Empresa está pronta para responder todas as perguntas.

Ele lembrou que a Petrobrás é bastante transparente e tem suas contas fiscalizadas por diversas auditorias – do Tribunal de Contas da União (TCU); da Controladoria Geral da União (CGU); da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); da lei Sarbanes-Oxley [EE.UU]; Assembleia dos Acionistas; entre outras. Sobre os sete temas levantados pela CPI, Gabrielli disse que dois não têm qualquer relação com a Petrobrás, pois são referentes à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Sobre os outros cinco itens referentes à Estatal [águas profundas, Refinaria Abreu e Lima, potenciais variações de preço por razões cambiais ou por razões econô-

micas na construção das Plataformas P-52 e P-54, as questões tributárias e patrocínios], ele disse que estão em plena discussão com os órgãos competentes, mas que não haverá nenhum problema a Empresa esclarecer tais temas no Congresso Nacional.

Fatos e Dados: Com objetivo de aumentar a transparência, a Petrobrás criou o blog Fatos e Dados, que em apenas uma semana de existência dinamizou a comunicação da Empresa com a sociedade. Na entrevista do Roda Viva, jornalistas deixaram escapar certo nervosismo em relação ao blog Fatos e Dados, que, segundo eles, a Empresa teria divulgado informações das entrevistas concedidas aos jornais, antes da publicação por estes. Eles reivindicaram "um acordo prévio" com a Estatal. No entanto, Gabrielli rebateu ao afirmar que a Petrobrás é a dona das informações, por isto ela tem o direito de divulgá-las no Fatos e Dados, como forma de evitar as distorções que têm ocorrido na maioria dos órgãos de imprensa. Ele disse ainda que a Empresa está promovendo um avanço na transparência e que não está publicando no blog as entrevistas concedidas aos jornalistas. "O que estamos publicando são informações, com os nossos dados, que são



públicas e nós enviamos para alguns jornalistas que nos perguntam", reforçou Gabrielli.

Explicou, ainda, a nova realidade das comunicações com a chamada "blogosfera" e a internet, que têm dinamizado a divulgação das informações. "Com a internet, nós criamos um novo mecanismo de relação entre o leitor (público) e os veículos, inclusive com as fontes de informações". Com isso, ele destacou que a Petrobrás está procurando ser mais transparente. "Nós não estamos divulgando nenhuma opinião dos jornalistas, antes que eles publiquem. Mas estamos divulgando informações, também, depois que eles publicam". E ponderou: "Por que as nossas informações seriam privilégio de alguns jornalistas?". Um telespectador do programa perguntou se a imprensa tem medo de maior transparência e outros quiseram

saber mais de Gabrielli sobre as novas tecnologias digitais. O presidente respondeu a todos e falou sobre a importância do contato direto entre a Empresa e o público.

Conforme destacou Gabrielli, a Empresa sofreu, em apenas dez dias, inúmeras "acusações infundadas", com destaques em primeira página dos jornais.

Crerios políticos versus meritocracia: "A Petrobrás se orgulha da técnica, se orgulha da meritocracia. Ela tem demonstrado essa competência técnica, que se reflete nos seus processos de controle, nos seus processos de decisão, nas maneiras que se faz para escolher o que fazer. E isto não pode ser política, é critério predominantemente técnico", explicou Gabrielli quando ponderado se os critérios políticos prevalecem sobre o técnico na direção da Empresa. [Continua na pág 3](#)

FOI CRIADA A FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA PETROBRÁS

No dia 17/06, no Congresso Nacional, foi criada a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobrás. (Pág. 4)

EMANUEL CANCELLA FALA DA CAMPANHA "O PETRÓLEO TEM QUE SER NOSSO!"

Em entrevista ao "AEPET Notícias", o coordenador-geral do Sindipetro-RJ, Emanuel Cancellata, fala sobre a agenda de lutas em defesa do petróleo brasileiro e da Petrobrás. (Pág. 3)

"QUEDA DOS JUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR"

Em artigo, do Dr. Castagna Maia fala da queda dos juros e os reflexos na Previdência Complementar. Ele defende que as taxas devam cair mais. (Pág. 4)

HILDEGARD ANGEL DISSE QUE CPI DA PETROBRÁS É "ACPI DO LESA PÁTRIA É PARA TENTAR ATINGIR A PETROBRÁS!"

A prestigiosa colunista do Jornal do Brasil, Hildegard Angel, no dia 05/06, manifestou seu alto grau de patriotismo e compromisso com a verdade ao exprimir: "Semana que vem começa a CPI do lesa Pátria para tentar atingir a Petrobrás!". Há que se ressaltar e parabenizar

a colunista pelo exemplo, ao doar significativo espaço de sua coluna para repudiar uma CPI que tem todo teor de instrumento político-eleitoral por parte dos opositores ao governo, que fazem coro com os lobistas multinacionais que estão de "olho gordo" no pré-sal e

manutenção do atual marco regulatório (Lei 9478/97), que favorece à entrega do nosso petróleo. Para tanto, precisam macular a imagem da quarta mais importante Empresa do mundo [a Petrobrás]. Ressaltamos ainda que, no âmbito do JB, a Nação brasileira

tem recebido manifestações contundentes de apoio à Petrobrás pelo Jornalista Mauro Santayana, entre outros. Confirmam na página 3 o texto original da Hilde.



Arq: Ale Bandeira



Editorial

DUAS NOTÍCIAS ALVISSAREIRAS

No dia 17/06/09, foi lançada na Câmara Federal a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobrás. Ela passou a ser integrada por senadores e deputados, sendo composta por um presidente e treze vice-presidentes. A proposta foi do deputado Luiz Sérgio (PT-BA) e foi apoiada por vários partidos da base do Governo e até por parlamentares do DEM e do PSDB [um de cada]. Cerca de 50 parlamentares, além dos integrantes da diretoria, apoiaram a Frente. No exato momento em que se discute o novo marco regulatório do petróleo, tal iniciativa é um fator fundamental na defesa da riqueza do pré-sal para o povo brasileiro, seu legítimo dono. Lembramos que, em 1988, a Frente Parlamentar Nacionalista teve um papel relevante no apoio à proposta da AEPET de elevar o Monopólio Estatal do petróleo ao nível Constitucional. Comandado por Barbosa Lima Sobrinho, o movimento foi vitorioso e sua votação no Congresso nos levou à vitória por 441 votos a 6. Agora, vimos com grande alegria a UNE (União Nacional dos Estudantes) integrar ao movimento em defesa da soberania da Nação sobre o pré-sal. Em excelente artigo para o JB (18/06), a presidente Lúcia Stumpf assume essa posição da entidade, em defesa dessa riqueza magnífica para o verdadeiro dono a quem ela pertence: o povo brasileiro. A UNE teve um papel fundamental na campanha "O Petróleo é Nosso", na década de 50, quando o petróleo era um mero sonho. Agora que ele se tornou uma realidade acima de qualquer expectativa, temos muito mais motivo para retomar sua propriedade.

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás
 Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
 Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: **Fernando Siqueira**
 Vice-Presidente: **Pedro da Cunha Carvalho**
 Diretor Administrativo: **Henrique Sotoma**
 Vice-Diretor Administrativo: **Gilbert Prates**

Diretor de Comunicações: **Roldão Marques Fernandes**
 Vice-Diretor de Comunicações: **Diomedes Cesário da Silva**
 Diretor de Assuntos Jurídicos: **Paulo Teixeira Brandão**
 Vice-Diretor de Assuntos Jurídicos: **David Garcia de Souza**

Diretor de Pessoal: **Silvio Sinedino Pinheiro**
 Vice-Diretor de Pessoal: **Ronaldo Tedesco Vilarde**

Diretor Cultural: **João Victor Campos**
 Vice-Diretor Cultural: **Felipe Campos Cauby Coutinho**

Conselho Fiscal

Efetivos: Ricardo Maranhão, Arthur Martins, Ricardo Latgé
 Suplentes: Clemente F. da Cruz, Hamílcar Beviláqua Neto, Clovis C. Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P. Costa / **Aepet-Macae:** José Carlos L. de Almeida / **Aepet-NS:** Solon Mauro S. Fagundes / **Aepet-SE/AL:** Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto / **Espírito Santo:** Paulo W. Magalhães - **S. José dos Campos:** Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G. R. de Carvalho / **Pernambuco:** Adelmo José Leão Brasil / **Brasília:** Velocino Tonietto

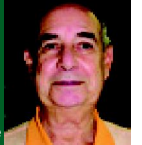
Redação

Jornalista Responsável: José Carlos Moutinho (Mtb 24460)
Reportagem: José C. Moutinho / Julio César Lobo
Fotografia: Alessandra Bandeira
Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globo.com
Arte / Ilustração: Alessandra Bandeira
Diagramação: Alessandra Bandeira
Impressão: Mestre Artes Gráficas
Tiragem: 20 mil exemplares
Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

COLUNA DO ASSOCIADO

Pedro Carvalho - Vice-Presidente



CONVÊNIO DA AEPET:

A AEPET fechou diversos convênios com entidades no sentido de oferecer serviços aos nossos associados e seus dependentes. Os serviços poderão ser usufruídos pelos associados e/ou seus dependentes enquanto o sócio for integrante do quadro social da AEPET.

São convênios que cobrem diversas áreas. As funcionárias da AEPET, Ivana e Margareth, poderão dar esclarecimentos sobre os convênios. Para tanto, é só ligar para (21) 2533-1110.

1. AMA – Assistência Médica da AEPET: Diversos profissionais e empresas que concordaram em oferecer seus serviços cobrando pela mesma ta-

bela da AMA. A relação dos profissionais e clínicas credenciadas está no portal da AEPET, seção AMA (www.aepet.org.br).

2. VIDA – UTI MÓVEL: Serviços de atendimento domiciliar para atender urgências e emergências médicas através de serviço com ambulância, médico, enfermeira e socorrista. Telefone: (21) 3461-8866, ramais 206, 221 e 216.

3. PLANO UNIAEPET: Plano de saúde contratado com a UNIMED, através da corretora Vectorial – (21) 2158-0580 e demais localidades: 0800-247838. São três planos com valores e atendimentos diferenciados, a saber: Básico, Especial e Executivo. A tabela

de preço também se encontra no portal da AEPET, seção Coluna do Associado.

4. Assistência Domiciliar (Home Care): Convênio firmado com a empresa Núcleo de Assistência Domiciliar e Hospitalar (NHDH) para prestação de serviços de assistência domiciliar (Home Care); fornecimento de equipamentos hospitalares (cama, cadeira de rodas, entre outros), acompanhamento de pessoas doentes ou idosas, etc. Atendimento pelo telefone: 3903-1800 ou 2268-7963.

5. Restaurante Pado-vano – Edifício Avenida Central, 4º andar: Os sócios da AEPET têm 15% de desconto no preço da refeição.

Profissionais	Valor (diária)
Enfermagem - 24 horas	R\$ 110,00
Enfermagem - 12 horas	R\$ 80,00
Médico domiciliar	R\$ 180,00
Nutricionista	R\$ 40,00
Fisioterapia	R\$ 40,00
Fonoaudiologia	R\$ 40,00
Psicologia	R\$ 40,00
Terapia ocupacional	R\$ 50,00
Cuidador de idoso - 24 horas	R\$ 90,00
Cuidador de idoso - 12 horas	R\$ 60,00
Aluguel de equipamentos	Valor (mensal)
Cama elétrica *	R\$ 270,00
Cama manual *	R\$ 120,00
Aspirador elétrico *	R\$ 80,00
Macronebulização *	R\$ 150,00
Nebulizador *	R\$ 40,00
Suporte de soro *	R\$ 40,00
Muleta *	R\$ 80,00
Aparelho de glicemia *	R\$ 100,00

* Consultar taxa de entrega e retirada Tel.: 3903-1800 / 2268-7963

Serviços domiciliares	Valores
Ambulância simples	De acordo com a localização
Ambulância UTI	De acordo com a localização
Raio X	De acordo com a solicitação médica
Eletrocardiograma	R\$ 30,00

A AEPET acaba de firmar um convênio com a Núcleo de Assistência Domiciliar e Hospitalar (NADH), para atendimento domiciliar especializado (Home Care) para os sócios da Associação. Os serviços a serem prestados estão indicados na tabela ao lado com os respectivos preços. Para ser elegível ao uso desses serviços, o sócio (ou dependente), deverá procurar a NADH através dos telefones: (021) 2572-1080, 2268-7983 ou Emergência 24 horas: 8858-6649. A contratação dos serviços será feita diretamente entre o usuário ou seu responsável e a NADH, sendo indispensável a intervenção de um associado da AEPET que, a exemplo do Plano UNIAEPET, será o avalista da contratação.

Os benefícios deste novo convênio, a exemplo dos demais feitos pela AEPET, só serão usufruídos pelo beneficiário enquanto o sócio permanecer nos quadros da AEPET. Por ocasião do seu eventual desligamento, cessarão todos os benefícios do convênio.

Para mais informações, o associado poderá entrar em contato com a AEPET através do telefone (21) 2533-1110 e falar com Ivana ou Margareth.

Por enquanto, a área de abrangência desses serviços será o Grande Rio.



GABRIELLI: "UMA CPI TEM QUE TER FOCO DE ACUSAÇÃO, NÃO PODE SER GENÉRICA, EM BUSCA DE INVESTIGAÇÕES PARA DISCUTIR O QUE INVESTIGAR"

Ele ressaltou que a questão política é uma decisão do acionista majoritário (o Governo Federal), quando da escolha dos dirigentes da Companhia, que por sua vez devem alcançar os objetivos desse acionista majoritário. "O que não se pode é usar esse controle para outras finalidades", acrescentou Gabrielli. "A produtividade da Petrobrás cresce bastante, as áreas de exploração dela crescem, a competência de gestão e de decisão de processos crescem, o impacto sobre a economia brasileira cresce. E isso só é possível se tiver competência. E competência técnica é fundamental".

Marco regulatório e o pré-sal: Sobre as áreas que estão sob concessão da Petrobrás,

Gabrielli voltou a reforçar o que está definido no Planejamento Estratégico da Empresa, ou seja, aumentar a produção do pré-sal em 220 mil barris/dia até 2013, atingindo, em princípio, 1,8 milhão de barris/dia em 2020. Ele destacou que fora dessas áreas sob concessão da Empresa, há outras com muito potencial de se encontrar petróleo.

Nesse sentido, ele explicou que o Governo Federal está discutindo na Comissão Interministerial as novas regras de exploração dessas áreas e que há a necessidade de se mudar o atual marco regulatório, pois o País vive uma realidade completamente diferente quando da instituição da Lei 9478/97. Ele reforçou que o atual marco regulatório está todo montado para

favorecer quem quer comprar o "bilhete premiado", tendo em vista que, praticamente, não há mais riscos nas áreas do pré-sal, pois a Petrobrás já correu todos os riscos exploratórios. "Numa área onde o risco exploratório é mínimo, provavelmente, o Governo deve ter uma maior parcela".

Nesse sentido, a Comissão Interministerial está estudando a forma de contrato para a exploração dessa área. Gabrielli informou que o Governo Federal divulgará ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, em momento apropriado, as novas regras de exploração fora das áreas que já estão concedidas.

Foto gentilmente cedida pela Agência Petrobrás de Notícias.

EMANUEL CANCELLA FALA SOBRE CAMPANHA EM DEFESA DA PETROBRÁS E DO PRÉ-SAL

Julio Cesar de Freixo Lobo

Em entrevista ao AEPET Notícias, o Coordenador-Geral do Sindipetro-RJ, Emanuel Cancellata, falou sobre a agenda de lutas dos petroleiros, em defesa da Petrobrás e do Pré-Sal. Ele manifestou seu repúdio à CPI da Petrobrás. Para ele, é possível fazer investigações sobre possíveis irregularidades na Empresa sem a necessidade de se criar uma CPI. Ele defendeu a punição dos corruptos se estes aparecerem. Sobre a mobilização da sociedade brasileira em defesa das riquezas do Pré-Sal e da Petrobrás, Cancellata lembrou a maior campanha cívica da História do Brasil [O Petróleo é Nosso!], ocorrida nas décadas de 1940 e 1950, que resultou na criação da Petrobrás. Tal campanha, destacou o sindicalista, reuniu brasileiros dos mais diferentes segmentos, como estudantes, militares, sindicalistas, entre outras categorias. "Isso tem que ser revivido pelo povo brasileiro agora em 2009".

Sobre um calendário de lutas em defesa da Petrobrás e do Pré-Sal, Cancellata informou que o lançamento do Filme da campanha do "O Petróleo Tem Que Ser Nosso" acontecerá em auditório da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), neste junho. Serão elaboradas cartilhas para que a população entenda melhor esta campanha. Em julho, será feito um cur-

so de formação de multiplicadores da campanha em São Paulo, com participação dos militantes que queiram organizar comitês de apoio ao retorno do monopólio estatal do petróleo, tendo a Petrobrás como executora. Assim, será possível garantir que os recursos gerados com o Pré-Sal sejam usados para desenvolver a economia nacional e solucionar os problemas sociais brasileiros.

A campanha da imprensa e dos políticos da direita tentam, na opinião de Emanuel Cancellata, desmoralizar uma empresa séria como a Petrobrás e acabar com a nacionalização da indústria de petróleo, assim como do setor naval brasileiro. O desenvolvimento de tecnologia nacional é uma das grandes conquistas da empresa brasileira que é uma das pioneiras na exploração em águas profundas. Não podemos retroceder nestes avanços e por isso é preciso esclarecer a população dos benefícios do Pré-Sal para o Brasil. Estamos coletando assinaturas para que um projeto de lei popular impeça a privatização da Petrobrás e com mais 1,3 milhão de pessoas possamos pressionar o Congresso Nacional a criar uma nova legislação em defesa das riquezas minerais brasileiras.

Política de Recursos Humanos: Cancellata falou ainda sobre as Eleições da Petros 2009, na qual os Conselheiros Eleitos indicados pelo CDPP venceram por mais de 50% dos votos válidos, com o apoio, tam-

bém, da Frente Nacional dos Petroleiros (FNP), da AEPET, entre outras entidades de petroleiros.

Ele avaliou com grande satisfação esta vitória. "A luta foi difícil, porque as chapas estavam divididas entre a FUP, as Diretorias da Petrobrás e da Petros e os candidatos apoiados pela base petroleira, que venceu com mais de 50% dos votos válidos. A defesa do benefício definido, contra a repactuação, pela integração dos novos funcionários da Petrobrás no Plano Petros foi vitoriosa e faz parte de um trabalho coletivo que a gente já vem brigando há muito tempo. Esse resultado mostrou que estamos no caminho certo junto à categoria".

Em relação ao baixo salário dos empregados da Petrobrás, o dirigente confirmou que este problema precisa ser solucionado, pois as empresas petrolíferas estrangeiras irão assediá-los os empregados da Petrobrás no mercado de trabalho. "A formação dos petroleiros brasileiros é muito cara com os cursos oferecidos pela Petrobrás e será necessária uma nova política salarial do governo para segurar a mão-de-obra, uma vez que a Empresa só gasta 3% do seu lucro com a sua força de trabalho".



Geopolítica do Petróleo

"SEMANA QUE VEM COMEÇA A CPI DO LESA PÁTRIA PARA TENTAR ATINGIR A PETROBRÁS!"

Hildegard Angel (Jornal do Brasil)

Sabe como vejo esta CPI política em torno da Petrobrás? Como um crime de lesa Pátria. É incrível que os estrangeiros saibam reconhecer a potência que é a empresa, enquanto os brasileiros só pensam em desmerecê-la. A Petrobrás é a maior empresa do País e com suas reservas e capacidade de produção, deve dobrar de tamanho nos próximos 10 anos.

A impressão é de uma perseguição orquestrada. Estamos bem lembrados de que os analistas brasileiros, tão sabidos, não acreditavam que a Petrobrás conseguiria levantar os US\$ 36 bilhões que precisava para atender às necessidades de investimento. E o que houve? Ela não só conseguiu, como o último contrato que fechou, com a China, lhe garante recursos para o plano de investimento da empresa até 2013. O olé foi geral!...

Sabe-se que, com o fim do monopólio do petróleo, no governo FHC (que por ele até privatizava a Petrobrás, mas não conseguiu), a empresa, para competir, passou a trabalhar nos mesmos moldes das empresas privadas, sem necessidade de licitação pública. Para validar as empresas que contrata, ela montou um sofisticado cadastro de fornecedores de bens e serviços, o que lhe permite que a disputa por um contrato seja feita apenas entre empresas que estejam qualificadas para os respectivos serviços. Nada parecido, por exemplo, com o que vemos acontecer na gestão de certas casas brasileiras, como no Senado e na Câmara...

O que querem com esta CPI?

Achar um deslize, um senão, uma coisinha que seja para se exibirem, como galos vaidosos, de peito estufado, diante das câmeras das TVs. E alguma coisa, numa empresa tão grande, é claro, sempre pode aparecer. Até na casa da gente acontecem coisas que a gente demora para explicar...

Pois vejam só: em palestra esta semana na Associação das Empresas de Engenharia do Rio, o diretor de abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa, disse: "Ninguém pode garantir que no meio de 55 mil contratos não haja nenhum com problemas. Sabendo disto, a empresa é permanentemente fiscalizada por auditorias internas, auditorias externas, Comissão de valores Mobiliários, a SEC americana e outras auditorias que permanentemente analisam contratos, convênios, métodos de trabalhos e, quando encontram algo errado, corrigem e punem"...

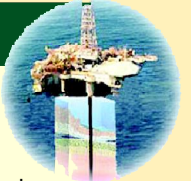
O modelo de contratação da Petrobrás deveria, isto sim, ser seguido por todos os órgãos públicos, porque a escolha é pelo melhor preço, que não necessariamente é o menor preço. O importante é que o contratado tenha capacidade financeira e condições de realizar o serviço, obedecendo os quesitos de qualidade, segurança e prazo...

Como bem disse o presidente da Aeerj Francis Bogossian, ao receber o diretor Paulo Roberto Costa: "A Petrobrás sempre se destacou por incentivar e estimular as empresas nacionais. É seu principal diferencial. Ela auxilia as empresas nacionais a desenvolverem tecnologia. Promove a atração de novas tecnologias por empresas brasileiras, economizando assim divisas. Inúmeros métodos e equipamentos nacionais para a prestação de serviços, aqui e em outros países, foram criados pela Petrobrás ou para ela"...

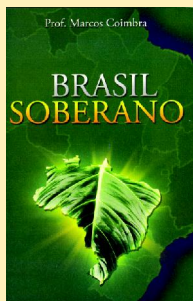
A Petrobrás é um orgulho nosso, é uma prova de quão o Brasil e os brasileiros podem e sabem ser competentes e sérios quando isso lhes é permitido. Ela está presente hoje em 27 países levando nossa tecnologia aos quatro continentes...

E mais: os prejuízos da mudança da capital para Brasília só não foram maiores para o Rio de Janeiro porque a Petrobrás manteve aqui sua sede. Esta é a Petrobrás que o Brasil conhece e admira. Olho vivo sobre esses políticos e grupos que querem desmoralizar a Petrobrás. Nunca se sabe o que há por baixo dos panos...

Hildegard Angel (Jornalista e colunista do Jornal do Brasil)
hilde@jb.com.br - Publicado originalmente: Jornal do Brasil (07/06/2009).



Livro a venda



Brasil Soberano: Realidade ou Ficção? Será de fato o país soberano neste terceiro milênio?

Neste livro, o autor, Marcos Coimbra, economista por formação, ex-funcionário do Banco do Brasil e, atualmente suplente do Conselho Fiscal da Vale do Rio Doce pela PREVI, aborda de forma sintética e ordenada alguns temas, de natureza teórico-doutrinária, como objetivos nacionais, poder, planejamento, desenvolvimento, logística e mobilização, ciência e tecnologia.

Política governamental, administração pública, eleições, economia, conjuntura nacional e segurança pública, são abordadas no livro dando destaque às áreas estratégicas cruciais, para que o Brasil acorde e discuta sobre assuntos polêmicos como: Forças Armadas, Amazônia, Áreas Indígenas e principalmente, sobre a nossa identidade nacional, muito esquecida. E, como não poderia deixar de merecer, comentários contundentes de temas como globalização, Diálogo Interamericano e Governo Mundial, temas esses que não analisados podem comprometer o futuro em grande parte do Brasil.

O leitor perceberá o amor do autor (e cidadão) pela sua Pátria, acima de tudo. Verá, também, a importância de lutarmos para que o Brasil seja um país soberano e reverta a sua grave situação de anomia.

Brasil Soberano é um livro que em todo brasileiro que ama sua Pátria e acredita nela deveria ler.

O custo do livro R\$ 25,00 (298 páginas). Mais informações no telefone: (21) 2533-1110 com Maria Carmela. Correio eletrônico: cultural@aepet.org.br.

4 AEPET Notícias



FOI CRIADA A FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA PETROBRÁS

No dia 17/06, no Congresso Nacional, foi criada a Frente Parlamentar Mista em defesa da Petrobrás. O histórico encontro aconteceu, às 14 horas, no auditório Freitas Nobre, Anexo IV, da Câmara dos Deputados. Além dos deputados e senadores que formaram a Frente, estiveram presentes outros 20 deputados e três senadores. A Frente, que foi uma proposta inicial do Deputado Luiz Alberto (PT-BA), está composta por 14 membros, sendo um presidente e 13 vice-presidentes, que a seguir listamos: **Presidente:** Deputado

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF); **Vice-Presidentes:** Senadores: Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Inácio Arruda (PCdoB-CE); as Deputadas Luiza Erundina (PSB-SP) e Iriny Lopes (PT-ES); e os Deputados Luiz Alberto (PT-BA), Renato Casa Grande (PSB-ES), Eduardo Valverde (PT-RO), Edmilson Valentim (PCdoB-RJ), Fernando Ferro (PT-PE), Brizola Neto (PDT-RJ), Fernando Marroni (PT-RS), Otávio Leite (PSDB-RJ), Márcio Junqueira (DEM-RO), Colbert Martins (PMDB-BA). O presidente da AEPET, Fernando Leite Siqueira; o ex-diretor de

Gás e Energia da Petrobrás, Professor Ildo Sauer e o Coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Antônio Moraes, prestigiaram o encontro. Na avaliação de Fernando Siqueira, o evento trás esperança para a Nação assegurar sua soberania sobre o setor petrolífero nacional. "A formação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobrás nos enche de esperança, pois foi aqui no Congresso Nacional que se criou, também, em 1988, a Frente Parlamentar Nacionalista, que decisivamente contribuiu para a consagração da Consti-

tuição de 1988, que assegurou o Monopólio Estatal do Petróleo, consubstanciado no artigo 177. A formação da Frente Parlamentar Mista, criada hoje (17/06), veio num momento oportuno, na medida em que se discute um novo marco regulatório do setor petrolífero, sobretudo com o advento da estratégica área do Pré-Sal". Informamos, também, que, segundo fontes, outros parlamentares integrarão à Frente. **(AEPET DIRETO 18/06/09)**

Leia também no portal da AEPET na internet "Parlamentares formam frente pela Petrobrás e o futuro do País", na seção notícias.

QUEDA DOS JUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Castagna Maia

A notícia da nova queda na taxa de juros foi excelente. Baixou em um ponto percentual. A isso, se deve ao esforço do governo na redução dos "spreads" bancários. Em outras palavras, é preciso que a redução das taxas de juros chegue à indústria, ao comércio, e aos consumidores. E é necessário que continue caindo: as taxas ainda estão muito superiores às praticadas no resto do mundo. De qualquer maneira, foi um grande passo, e confesso que fiquei surpreso com o tamanho da queda. Apostando, sempre, na tradição do Copom, achei que a taxa seria reduzida em meio ponto.

II

Há um aspecto importante a notar, cada vez mais importante. A previdência complementar funciona em regime de capitalização: acumula-se antes, durante a fase ativa, para usufruir dos recursos quando da aposentadoria. Para que isso aconteça, há a contribuição do empregador, a do empregado, e há a aplicação desses recursos no mercado.

III

Os fundos têm uma meta de aplicação, o chamado "mínimo atuarial". Quando é feito o cálculo da necessidade de recursos necessários para cobrir, no futuro, as aposentadorias e pensões, são levadas em conta as contribuições do empregador e do empregado e também a rentabilidade dos investimentos. Ou seja, a rentabilidade é uma espécie de redutor das contribuições necessárias. Quanto maior a rentabilidade, menores as contribuições: a parte faltante será complementada pelos resultados dos investimentos.

IV

Com a queda das taxas de juros, os fundos de pensão terão que se readaptar. É provável que o CGPC - Conselho de Gestão da Previdência Complementar observe a capacidade de retorno desses fundos, e limite a taxa de juros projetada, a rentabilidade projetada. Ou seja, os fundos deverão se esforçar, sempre, para obter uma boa rentabilidade. Mas tem um teto para fazer seus cálculos. Não podem, por exemplo, usar uma taxa real de 12% ao ano como projeção porque isso seria falso, seria vender ilusões. Hoje, os fundos não podem projetar uma rentabilidade acima da inflação, do indexador escolhido pelo próprio fundo, mais 6% ao ano.

V

A taxa Selic foi fixada, agora, em 9,25% ao ano. Para que a rentabilidade dos fundos permaneça em 6% ao ano, é necessário que a inflação seja, no máximo, de 3,25% ao ano. As previsões estão apontando inflação de 4,5% ao ano. Pela regra atual, uma inflação de 4,5% mais juros de 6% (o mínimo atuarial da imensa maioria dos fundos de pensão) daria 10,5%. Só que a taxa Selic está abaixo disso, está, agora, em 9,25% ao ano.

VI

Pois bem: há uma forte possibilidade de os planos de benefícios definidos entrarem em déficit, ou, para os que têm, consumir o seu superávit. No caso dos planos de contribuição definida, há uma forte possibilidade de simplesmente não conseguirem atingir uma rentabilidade que permita uma aposentadoria próxima ao salário que se tinha quando em atividade.

VII

Déficit são projeções futuras. Um fundo de pensão pode sobreviver anos, décadas, com déficit contabilizado, desde que haja expectativa de reversão. Não é motivo, portanto, para pânico. Mas com o país entrando, finalmente, em um ritmo próximo da normalidade, próximo a patamares civilizados, a previdência complementar brasileira precisa ser repensada.

VIII

Nos planos de contribuição definida a situação é mais grave: ali, não há obrigação do patrocinadora em aumentar sua contribuição. Daí o nome "contribuição definida": comprometeu-se a pagar, digamos, 8% ao mês ao fundo, e só. Se o dinheiro não for suficiente, não é problema dele. Só que isso levará, no futuro, ao empobrecimento da população de aposentados. Haverá, pois, empobrecimento da classe média, dificuldade na vida das pessoas.

IX

Chegou a hora de fazer essa discussão a fundo. Os planos de contribuição definida foram uma moda do período neoliberal. No caso das estatais, a rigor não há motivo para adotar essa espécie de planos. Na área privada, não se pode obrigar ninguém a adotar um plano de BD. Mas é possível criar mecanismos de incentivo para a adoção de planos de BD reformulados, que efetivamente garantam uma aposentadoria assemelhada ao que se recebia quando em atividade.

X

Chegou a hora dessa discussão. É preciso que seja feita de cabeça fria, entendendo as contingências que levaram alguns fundos a propor planos diferenciados, com menos garantias. Ou seja, não é hora de partir para a crucificação de ninguém. Mas é hora de fazer uma discussão profunda sobre a previdência complementar brasileira, sobre os seus rumos, sobre as garantias necessárias, sobre a sua utilidade para o País.

Castagna Maia (Advogado)

Publicado originalmente: <http://www.castagnamaia.com.br/blog/autor/maia/>



